

**DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17**  
**([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))**

<b>DO CARGO</b>	
<b>Nome do cargo</b>	Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral
<b>Nível do cargo</b>	FCE 1.15
<b>Órgão de atuação</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>Requisitos Legais</b>	<p>- <a href="#">Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</a>: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;</p> <p>- <a href="#">Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023</a>: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.</p> <p>- <a href="#">Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021</a>: Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargas em comissão e funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundamental, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.</p> <p>- <a href="#">Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023</a> alterado pelo <a href="#">Decreto nº 12.698, de 28 de outubro de 2025</a>: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
<b>CrITÉrios Gerais</b>	Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e, não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no <a href="#">inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</a> .
<b>CrITÉrios específicos</b>	<p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	

**DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17**  
**([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))**

<p><b>Principais responsabilidades</b></p>	<p>Analisar e propor políticas, planos, programas e melhorias regulatórias para modernização tecnológica do setor mineral.                  Supervisionar estudos para geração de novos produtos, aproveitamento de rejeitos e resíduos da mineração.                  Promover estratégias e ações de desenvolvimento tecnológico aplicadas à mineração e transformação mineral.                  Coordenar programas de inserção tecnológica e acompanhamento do desenvolvimento do setor mineral.                  Monitorar normas e apoiar a gestão de segurança de estruturas de mineração e transformação mineral.                  Articular programas voltados ao desenvolvimento de cadeias produtivas de minerais estratégicos.                  Incentivar pesquisas e processos voltados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas no setor mineral.</p>
<p><b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</b></p>	<p>Liderança das duas Coordenações-Gerais (Minerais Estratégicos e Desenvolvimento Tecnológico).                  Coordenação de equipes técnicas multidisciplinares (engenharia de minas, geologia, ciência de materiais, química, políticas públicas).                  Interlocução com órgãos correlatos, universidades, centros de P&amp;D, setor privado e organismos internacionais.</p>
<p><b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b></p>	
<p><b>Formação e Experiência</b></p>	<p>Graduação em Administração, Direito, Biologia, Economia, Geologia, Engenharias, Ciências Ambientais ou áreas correlatas                  Experiência de liderança em mineração, transformação mineral ou inovação tecnológica                  Experiência em cooperação público-privada e atração de investimentos para inovação.</p>
<p><b>Competências</b></p>	<p>Liderança estratégica e visão prospectiva.                  Capacidade de articulação interinstitucional.                  Gestão de políticas públicas e programas tecnológicos.                  Orientação para resultados e inovação.</p>
<p><b>Outros Requisitos</b></p>	<p>Conhecimento em regulação, inovação e sustentabilidade no setor mineral.                  Experiência em organismos multilaterais e redes internacionais de inovação.</p>